
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO NUMA
PERSPECTIVA REGIONAL DA DEFESA
NACIONAL

Intervenção do Doutor Fernando Ruas no decurso da «Semana de Estudos de Defesa» organizada pelo IDN, em cooperação com o Instituto Politécnico de Viseu, em 27 de Janeiro de 1993.

Fernando Ruas

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO NUMA
PERSPECTIVA REGIONAL DA DEFESA
NACIONAL

O amor pátrio foi e é apanágio do *povo beirão*, cujo espírito empreendedor não cabe nos limites geográficos desta matriz granítica, mas que mesmo em longínquas paragens a todo o instante se manifesta! Onde quer que nos encontremos, lembramo-nos sempre deste *jardim à beira mar plantado*, da nossa Beira, e o facto de Viseu estar mesmo no coração do território deverá, misteriosamente, ter muito a ver com o carácter emocional que nos marca...

Perde-se na bruma dos tempos o vincado traço de valentia, de heroísmo e de arrebanho na defesa do que, geração após geração, é pertença destas gentes beirãs conterrâneas de um rei — D. Duarte — que, a par da sua erudição, manifestou cuidados a ter com o corpo material indispensável à segurança, à autodefesa e à protecção de valores e bens.

Como se pode inferir, numa passagem do *Livro de Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* o eloquente monarca revela toda a sua preocupação da conduta do homem pela moral sem, no entanto, descurar o poder de persuasão que constitui um físico bem preparado...

Recuando ainda mais no tempo, e correndo o risco de omitir muitos homens de bravura talhados neste chão telúrico corporizado em selvagem granito, seria imperdoável não referir esse mítico e enigmático herói que deverá ter deambulado pelas nossas paragens. Refiro-me, obviamente, a Viriato que constitui o arquétipo do sentimento pátrio que antes relevámos...

A este propósito não resisto em citar uma curta passagem da *Crónica Geral de Espanha*, bem paradigmática do sentimento que pretendemos enaltecer:

... fora pastor de gado e era mui
ligeiro e mui valente e mui
ardido...

*... e por sua bondade juntou a si grã
companha de gentes de pé e andava
descobertamente, fazendo mal e
roubo contra os Romãos e contra
todos aqueles que tinham a sua voz...*

Sem querer desviar-me da perspectiva que me propus seguir, quero sublinhar que a emoção antes descrita, epíteto da personalidade do Beirão, não é acessória à problemática da Defesa. Ela representa, de forma substantiva, a cultura de um povo que nela se revê e que constitui o sal indispensável para que o crescimento económico que hoje é feito, dia a dia, pelas nossas gentes faça jus ao Desenvolvimento Regional que reivindicamos para Viseu.

A este propósito, por certo compreenderão que, face às funções que desempenho, centre mais esta minha modesta intervenção sobre a problemática mais do Desenvolvimento e Defesa inerentes ao Distrito a que pertence e de uma forma mais intensa sobre o Concelho que dirijo.

Em 1978 uma revista, em artigo publicado sobre a *estrutura produtiva* e potencialidades de industrialização do Distrito, referia, nas suas conclusões, factores altamente condicionantes do desenvolvimento.

Apontavam-se, entre outros,

- os baixos níveis de formação técnica,
- a deficiente estrutura industrial,
- o fraco aproveitamento dos recursos naturais,

como fortemente restritivos do nível geral da actividade produtiva.

Acrescentava-se ainda a existência de grandes deficiências e desequilíbrios dos sectores industriais e evidenciava-se a insuficiência da rede viária da região como principal responsável pelas dificuldades de aprovisionamento e de escoamento da produção, gerando, conseqüentemente, uma situação de «autoconsumo», em detrimento da tão necessária ampliação do investimento.

Ao fazermos estas referências, temos tão-somente a intenção de lembrar uma realidade existente há apenas uma dúzia de anos a esta parte, não para dizer que agora tudo está bem — longe disso!!! —, mas para que se possa

facilmente constatar que houve mudanças significativas e que a realidade actual se apresenta para todos nós, felizmente, bem mais risonha.

Um relatório recente, referente à distribuição espacial do *emprego não agrícola* no período de 81 a 89, considerava Viseu como um Distrito em crescimento. Se se considerar, no entanto, apenas o emprego na indústria o panorama é ainda mais animador, pois a situação de crescimento em que somos englobados apenas tem paralelo nos distritos de Viana e Leiria (dois distritos do litoral!!!) e apenas ultrapassado por distritos de tradição industrial como Aveiro, Porto e Braga, considerados de crescimento muito rápido.

Regularmente, desde 1981, com crescimento em diversos ramos, Viseu vem reforçando o seu peso no total do emprego industrial, designadamente nas indústrias alimentares, confecções, indústria da madeira e dos produtos metálicos. E embora globalmente estes crescimentos não tenham sido suficientes para que o interior tenha visto reforçado o seu peso no total do emprego industrial nacional, a dinâmica de alguns sectores permitiu que, no caso de Viseu, esse reforço se tenha verificado.

É nossa convicção que o crescimento continuado, verificado na última década, terá uma evolução muito mais acentuada, que nos colocará no grupo de crescimento rápido.

Esta convicção é alicerçada na constatação de que o crescimento verificado se deveu, quase exclusivamente, ao sector empresarial.

Mas é sabido que o esforço dos empresários só será plenamente eficaz se os competentes organismos de apoio — quer a título consultivo, quer no desempenho de funções governativas ou de administração local — complementarem tal acção.

Pensamos que, no nosso caso, essa mudança de atitude está, de facto, a acontecer.

A insuficiência da rede viária que, no início da década de 80, se referia como principal factor de atraso da nossa região é, hoje em dia, uma realidade totalmente diversa.

O Plano Rodoviário Nacional de 85 localizou aqui no Município de Viseu o cruzamento do IP-3 (a ligação Viseu-Coimbra-Figueira da Foz prevê-se concluída até 1995) com o IP-5, importantes vias de penetração interior que ligam Viseu aos portos marítimos de Aveiro e Figueira da Foz e às fronteiras terrestres de Vilar Formoso e Vila Verde da Raia, incluindo também ligações à auto-estrada do Norte.

Conhecida é também a posição da Comunidade sobre a implementação do transporte ferroviário/combinado, desde o litoral português até à fronteira espanhola e que cruzará garantidamente o Concelho de Viseu.

A juntar às estruturas referidas que nos permitem chegar ao mar e à Europa, importa lembrar a existência de um aeródromo municipal, com a construção de uma nova pista, que permitirá a operação de aeronaves importantes na estratégia militar, assim como um notável incremento qualitativo no domínio das comunicações telefónicas e afins (o crescimento do número de postos principais telefónicos aumentou 122,9% entre 85 e 90, tendo a rede de Viseu quase completada a sua digitalização), factos que não são de desprezar em termos de Defesa...

Dir-se-á que a nossa localização geográfica privilegiada (296 km de Lisboa, 122 do Porto, 89 de Coimbra, 70 de Aveiro) foi compreendida e potenciada com o desenvolvimento das acessibilidades.

De um momento para o outro, foi possível pensar que objectivos como o aumento do nosso desenvolvimento industrial e agrícola, a proximidade dum porto marítimo e da fronteira, bem como a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região — pela redução substancial dos incómodos causados pelo tráfego de passagem — poderiam em breve tornar-se realidade.

A renovada qualidade de entreposto rodoviário vem devolver-nos a importância, mas exige-nos a definição adequada das estratégias a considerar para o nosso desenvolvimento socioeconómico, perspectivando, com precaução, o papel da administração, do turismo, da indústria, do comércio, etc., nesse processo de desenvolvimento.

A agricultura — até pela limitada quantidade dos solos de elevada capacidade agrícola que dispomos — competirá sempre um importante papel complementar.

No âmbito municipal, Viseu possui *recursos* de comprovada importância.

A *água* é um dos recursos naturais que importa explorar, quer no campo agroflorestal, quer como elemento paisagístico propiciador de desenvolvimento das actividades lúdicas e turísticas.

As principais captações existentes disponibilizam caudais suficientes que permitem alimentar todo o Concelho.

Existem, contudo, problemas relacionados com o elevado número de lugares existentes, agravados pela orografia e pela própria constituição

geológica dos terrenos, que são importantes condicionantes à implantação da rede de abastecimento desse bem tão elementar.

Esperamos confiadamente que os anunciados Fundos de Coesão possam ajudar significativamente na prossecução de tal desiderato.

No que concerne à problemática da Defesa é de relevar a crítica vulnerabilidade da primordial fonte de abastecimento de água potável. Com efeito, as características litológicas da região determinaram a necessidade da captação em superfície — Barragem do Dão —, onde se localiza a ETA — Estação de Tratamento de Água, o que se traduz, em caso de conflito, num alvo preferencial que, uma vez atingido, teria consequências gravosas...

Também a existência de uma grande mancha florestal permite uma mais fácil evolução das forças militares terrestres que, mercê de uma vasta área agrícola, não teria como drama quotidiano o abastecimento de víveres essenciais...

Já nos requisitos indispensáveis à Saúde relevemos a criação da nova unidade hospitalar que, dada a sua previsível modernidade, prestará, naturalmente, importantes serviços de acolhimento e assistência à população civil e às forças militares.

O Município possui ainda importantes *recursos paisagísticos* que importa preservar, tanto mais que não se verificam pressões de utilização urbana dos recursos paisagísticos que ponham em risco o valor patrimonial.

Há, no entanto, outro recurso fundamental em que o Município é bem dotado e que, acautelando certas situações, pode constituir um bem de inestimável valor como mola real do desejável desenvolvimento.

Referimo-nos, naturalmente, aos *recursos humanos* (81 hab/km² no Concelho).

Viseu é um caso raro de Concelho em que o aumento demográfico se verificou em simultâneo nas zonas urbana e rural e não apenas na primeira à custa desta última (a população residente nos centros urbanos do distrito relativamente à população concelhia é de 25,9%).

O decréscimo verificado na década de 60, resultante da emigração, foi francamente recuperado nas décadas seguintes com a particularidade importante da proporção da população jovem se manter em valores elevados.

A faixa etária de jovens do Distrito é das mais elevadas do País — cerca de 22,4% —, sendo, no entanto, bem inferior à verificada no Município, com

cerca de 29% [... população residente na Região Dão-Lafões: 0 - 14 anos, 26,4%; 15 - 64 anos, 59,5%; ≥ 64 anos, 14,1%...].

Podemos facilmente concluir que há um forte rejuvenescimento na população e que esta elevada percentagem da faixa jovem é uma enorme garantia de recursos humanos abundante no futuro, com reflexos na defesa...

Mas esta condição só será plenamente eficaz se acautelarmos a capacidade de formação desses jovens, de modo a garantir a sua oferta de forma diversificada, pois constituirá um instrumento decisivo para que a sociedade local possa influenciar o modelo de desenvolvimento que deseja.

Consideramos, pois, que a instalação da Universidade de Viseu é uma necessidade a que urge dar resposta, pois a sua ausência tem sido factor restritivo do desenvolvimento da Região.

A sua acção virá complementar a meritória actividade das duas Instituições de Ensino Superior existentes, a Universidade Católica e o Instituto Politécnico de Viseu.

Nos restantes graus de ensino, os estabelecimentos existentes e em construção dão a garantia de uma boa cobertura do Município.

No domínio da formação profissional realça-se a pujança das Escolas Profissionais recém-criadas e o muito que se espera do Centro de Formação Profissional de Viseu a lançar proximamente.

Acreditamos, pois que, acauteladas as situações anteriormente referidas, será legítimo pensar que, aproveitando a oferta de mão-de-obra mais qualificada, a acção dinâmica dos empresários tenderá a tornar mais equilibrados os sectores de actividade, contribuindo, de forma mais adequada, para o desenvolvimento da actividade económica.

A actual repartição por sectores de actividade de 32%, 26% e 41%, respectivamente, para o primário, secundário e terciário, é ainda muito deficiente, apresentando o primeiro valores superiores ao Continente; mas é bem mais adequada do que a verificada na década de 70, pois houve transferência sensível do elevado número de activos do sector agrícola para os sectores secundário e terciário.

O sector secundário é, pois, o que tem menos peso em termos de população activa do Município, embora tenha vindo a aumentar a sua importância.

É um sector estratégico no nosso desenvolvimento socioeconómico e, daí, o enorme esforço financeiro colocado na construção da primeira fase do Parque Industrial de Coimbrões, com uma área de 36 hectares, estando,

neste momento, em curso a sua ampliação para mais 26 hectares, podendo no final propiciar uma oferta global de 124 lotes.

A esta realidade juntar-se-á a construção de um novo parque industrial — o de Lordosa (cerca de 500 ha já definidos) — que, conjuntamente com as bolsas industriais existentes (Mundão, Abraveses, etc.), completarão de forma satisfatória o tecido industrial do Concelho.

A estabilidade e algum desafogo na distribuição da população activa, com a conseqüente geração de riqueza, contribuem manifestamente para a consolidação do razoável nível de segurança interna que se vive nesta região do País (ausência de movimentos separatistas, terrorismo e mesmo marginalidade).

Uma outra área, em que o Município de Viseu possui grandes e diversas potencialidades, é, certamente, a do seu *património natural, arqueológico e monumental*.

Pode considerar-se Viseu como um dos maiores e mais importantes centros do País naquela área.

São cerca de 140 as estações arqueológicas já identificadas, dispendo de 28 imóveis classificados como monumentos nacionais de interesse público.

É, certamente, um valor bastante escasso face à riqueza patrimonial existente.

Em praticamente todas as freguesias se encontram conjuntos históricos ou tradicionais a merecerem ser classificados.

Face ao exposto, entendemos ser importante, em caso de conflito, o trabalho de protecção destes bens do património cultural.

Foi esta a intervenção que preparámos dentro do tema que nos foi proposto.

Fizémo-la de forma sucinta, tentando relevar aspectos mais significativos, em nossa opinião, do desenvolvimento duma região e mais concretamente de um Município que começa a contrastar com o panorama cinzento de outras zonas interiores.

Viseu, como pólo duma vasta área, pode continuar a atrair o investimento privado nacional e até o investimento directo estrangeiro, nomeadamente o espanhol.

A conceituada revista inglesa *International Management*, em artigo publicado sobre a nova realidade económica do nosso País, dá nota disso mesmo. E, mais recente e concretamente a *JICA — Japan International*

Cooperation Agency reitera e reforça essa perspectiva, tomando por base a força de trabalho barata e de qualidade, o baixo custo dos terrenos, o bom clima, a excelente localização geográfica, o recente e notável desenvolvimento económico e a estabilidade política e social.

Por tudo isso — particularmente no que concerne às boas condições de acessibilidade, ao dinamismo empresarial, à notável juventude da estrutura etária e ao sucesso das iniciativas devido às potencialidades humanas — estamos confiantes.

Do exposto, é lícito concluir que o desenvolvimento que ora vivemos nos deixa algo descansados quanto ao nível de bem-estar da população residente assim como os seus reflexos em termos de segurança. Temos para nós que, em caso de desentendimento bélico, também as unidades militares e paramilitares sediadas em Viseu (RIV, PSP e GNR) encontram alguns recursos que propiciariam o desenvolvimento das suas estratégias operacional, estrutural e logística para levarem a bom termo o repúdio de uma investida inimiga.

Apesar de vivermos momentos de paz no quadro da CE, de vermos finada a *Guerra Fria* e de assistirmos à evolução das nações europeias no sentido de uma maior solidariedade, temos que ter presentes os interesses e objectivos, muitas vezes contraditórios, dos vários povos, para que se justifique a existência de forças dissuasoras eficazes que reforcem a soberania nacional.

Fernando Ruas